

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?	
<i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i>	
<i>Hugo Bona de Carvalho</i>	
<i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916011	
CAPÍTULO 2	13
CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAÍACABA	
<i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i>	
<i>Tania Cristina Bordon Miotto Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916012	
CAPÍTULO 3	24
O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA	
<i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i>	
<i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916013	
CAPÍTULO 4	37
A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	
<i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i>	
<i>Maria de Lourdes Soares</i>	
<i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916014	
CAPÍTULO 5	47
RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES	
<i>Elisângela Artmann Bortolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916015	
CAPÍTULO 6	60
IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO	
<i>Pauliane Gonçalves Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916016	
CAPÍTULO 7	84
PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D'OESTE PARANÁ	
<i>Andre Luiz de Souza</i>	
<i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916017	

CAPÍTULO 897

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Cristiano Apolucena Cabral
Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo
Edson Caetano

DOI 10.22533/at.ed.5061916018

CAPÍTULO 9 109

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.5061916019

CAPÍTULO 10 120

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

Thiago Oliveira da Silva
Anderson Przybyszewski Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160110

CAPÍTULO 11 129

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Clícia Danielly Barbosa Alcântara
David das Neves Aires
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia

DOI 10.22533/at.ed.50619160111

CAPÍTULO 12 140

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade
André Luiz de Paiva
Valderí de Castro Alcântara
Flávia Luciana Naves Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160112

CAPÍTULO 13 159

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel
Simone Caldas Tavares Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160113

CAPÍTULO 14 170

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Elen Carolina Martins
Marluce Aparecida Souza e Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160114

CAPÍTULO 15	185
ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR	
<i>Eloisa R. Ribeiro Rodrigues</i>	
<i>Elisa Roberta Zanon</i>	
<i>Letícia Cabrera</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160115	
CAPÍTULO 16	202
O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO	
<i>Gabriela Tiemi Minagawa Yokota</i>	
<i>Sandra Regina Casagrande de Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160116	
CAPÍTULO 17	221
BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.	
<i>João Paulo Chagas Maia Vilela</i>	
<i>Mauro Santoro Campello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160117	
CAPÍTULO 18	237
IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS – TO	
<i>Thiago Henrique Omena</i>	
<i>Bruna Coelho Alves Meneses</i>	
<i>Estéfani Marx</i>	
<i>Lourranny Parente Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160118	
CAPÍTULO 19	253
INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO	
<i>Claudiana Cruz dos Anjos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160119	
CAPÍTULO 20	270
MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS	
<i>Lisiê Kremer Cabral</i>	
<i>Ana Lúcia Costa de Oliveiras</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160120	
CAPÍTULO 21	282
A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO	
<i>Ana Estela Vaz Xavier</i>	
<i>Marina Xavier Carpena</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160121	

CAPÍTULO 22	297
O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO	
<i>Hélio Hirao</i>	
<i>Matheus Alcântara Silva Chaparim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160122	
CAPÍTULO 23	308
AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG	
<i>Daniel de Almeida Moratori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160123	
CAPÍTULO 24	321
A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
<i>Giesse Monteiro Alves de Andrade</i>	
<i>Gustavo Borges Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160124	
SOBRE A ORGANIZADORA	335

AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG

Daniel de Almeida Moratori

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

Mestre pelo programa de pós-graduação em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia.

Juiz de Fora – Minas Gerais

RESUMO: Esse artigo, narra parte do esforço de investigação na dissertação intitulada “As diretrizes legais na evolução urbana da Rua Marechal Deodoro (parte baixa): Dos Códigos de Posturas às leis de proteção patrimonial”, a qual buscou identificar os instrumentos normativos/legislativos que influenciaram nesse processo, evidenciando as alterações e interferência no espaço urbano, vislumbrando assim os caminhos que a rua trilhou desde sua formação até o reconhecimento das políticas patrimoniais. Os objetivos aqui propostos se focam em atribuir na pesquisa documental a importância de entendimento da cidade como produto das relações sociais e legais, e mostrar no método da pesquisa que deu origem a dissertação, as importantes contribuições no entendimento da cidade e seu histórico. Metodologicamente serão apresentados os tipos de documentos relacionados as questões urbanas, assim como as informações que se articulam entre tais fontes e a forma de organização e sistematização dessas informações ao serem usadas na validação ou questionamento de questões historiográficas já

consolidadas em Juiz de Fora. Conclui-se com essa pesquisa que muitos aspectos validados por pesquisas das últimas décadas podem ser questionados ao abriremos debates nos pautando em documentos de fontes primárias. Estas documentações são ainda pouco exploradas dentro do entendimento da cidade e do urbanismo, em comparação com a riqueza de detalhes e informações capazes de transmitir, validando assim além da importância desses documentos, a necessidade de estes serem mais incorporados nos estudos da história da cidade. Ressalta-se também a necessidade da valorização dos órgãos responsáveis por gerir tais dados, que sofrem desmontes de investimentos.

PALAVRAS-CHAVE: História do Urbanismo; Documentação; Planejamento urbano; Legislação Patrimonial; Legislação Urbana.

ABSTRACT: This article, part of the research effort in the dissertation entitled “The legal guidelines on the urban evolution of Marechal Deodoro Street (lower part): From the Codes of Postures to the patrimonial protection laws”, which sought to identify the normative / legislative instruments that influenced in this process, showing the changes and interference in the urban space, thus glimpsing the paths that the street has undergone since its formation until the recognition of patrimonial policies. The

objectives focus on attributing in documentary research the importance of understanding the city as a product of social and legal relations, and show in the method of research that gave rise to the dissertation. Methodologically, it will be presented the types of documents related to urban issues, as well as the information that is articulated between such sources and the form of organization and systematization of this information when being used in the validation or questioning of historiographical issues already consolidated in Juiz de Fora. It is concluded with this research that many aspects validated by researches of the last decades can be questioned as we open debates on documents from primary sources. These documents are still little explored within the understanding of the city and urbanism, in comparison to the wealth of details and information capable of transmitting, thus validating beyond the importance of these documents, the need for them to be more incorporated in the studies of the history of the city.

KEYWORDS: History of Urbanism; Documentation; Urban planning; Legislation Heritage; Urban Legislation.

1 | INTRODUÇÃO - A HISTÓRIA DA CIDADE VISTA ATRAVÉS DA SUA DOCUMENTAÇÃO

A utilização da releitura da cidade é algo que deve ser constantemente trabalhado conforme o aparecimento de novas fontes, estudos e fatos sobre seu tecido urbano. Esse espaço está sempre em constante modificação, e detêm na sua passagem pelo tempo de diversas camadas sobrepostas de concepções, ideias, propostas, produções, cultura, nesse organismo vivo e volátil fruto da ação humana. Devido a essa multiplicidade de fatores que agem sobre a cidade, as abordagens, interpretações e percepções sobre o mesmo objeto podem trazer a mesma multiplicidade de respostas, tal como a forma em que a pesquisa for direcionada.

Ao lançarmos esforços para dialogar a respeito da preservação do nosso patrimônio cultural, nos relacionamos diretamente com a necessidade de revisar nosso passado através da investigação do campo da história da arquitetura, do planejamento urbano e do urbanismo. Diferentes abordagens nos permitem avaliar de forma mais abrangente os contornos da cidade, podendo observar sua evolução urbana e as diversas respostas na sua morfologia. Diversos estudos são feitos analisando o ambiente construído, identificando as edificações e propondo leituras da cidade a partir dessas edificações e seu contexto, se apoiando na teoria da arquitetura e do urbanismo e fazendo diálogos com outros campos correlacionados. Além da análise sobre as construções, com suas características arquitetônicas, artísticas e históricas, além de toda uma carga teórica em torno da mesma, evidencia-se uma necessidade da utilização de fontes primárias como suporte para novas possibilidades de leituras, discussões e correlações entre o objeto de estudo.

A análise sobre a cartográfica, arquivos fiscais, leis, decretos, normas, planos, material iconográfico, jornais, inventários e demais documentos se mostram fontes inesgotáveis de conhecimento e muitas vezes pouco exploradas ou até mesmo inexploradas no meio acadêmico, que detêm de informações que podem trazer novos olhares sobre a cidade, como também complementar lacunas existentes. Esse tipo de abordagem permite um contraste com informações, conhecimentos e asserções da historiografia atual, o que viabiliza a possibilidade de reiterá-las ou mesmo usar a contestação a partir de novos dados.

Observa-se a existência de uma tendência de reconhecimento sobre a importância das fontes documentais como responsáveis por produzir novas narrativas, possibilitando ampliar a visão acerca do conhecimento e entendimento da produção arquitetônica e urbanística. As fontes históricas são materiais que podem ser utilizados por pesquisadores das mais variadas formas, com uma apropriação na forma de abordagens específicas, metodologia, técnicas variadas para formularem seus discursos históricos (PINSK, 2005, p.7). Dessa forma, tal abordagem buscando uma releitura do processo evolutivo nos permite a possibilidade de se trabalhar na historiografia da cidade e do seu ambiente construído, propiciando novas interpretações desse espaço urbano.

Este trabalho tenta demonstrar a importância desses materiais agindo como agente de corroboração e validação das alterações urbanas em um objeto de estudo. As possibilidades do entrelaçamento das diversas fontes primárias nos permite analisar e dialogar com outras já utilizadas com maior frequência, permitindo assim que a pesquisa perpassa etapas vencidas. O objetivo central do historiador da arquitetura e urbanismo se pauta em explorar e identificar os documentos disponíveis, sempre utilizando de uma releitura da história da cidade contribuir para um melhor entendimento do processo de evolução urbana.

Esse trabalho narra parte do esforço de investigar para efeito de dissertação a evolução urbana da Rua Marechal Deodoro, na cidade de Juiz de Fora. Assim, esse trabalho é uma ramificação da dissertação intitulada “As diretrizes legais na evolução urbana da Rua Marechal Deodoro (parte baixa): Dos Códigos de Posturas às leis de proteção patrimonial”, apresentada no Programa em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora (em 25 de setembro de 2017). Nessa dissertação, buscou-se identificar os instrumentos normativos/legislativos que influenciaram nesse processo evolutivo, evidenciando as alterações e interferência no espaço urbano, vislumbrando assim os caminhos que a rua trilhou desde sua formação até o reconhecimento das políticas patrimoniais.

2 | UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A RUA MARECHAL DEODORO

A cidade de Juiz de Fora, MG, possui seu centro de formação delimitado

entre os limites físicos do Morro do Imperador e o das margens da linha férrea / Rio Paraibuna. Englobado no triângulo (ver fig. 1) que se conforma entre as vias Av. Barão do Rio Branco, Av. Francisco Bernardino e Av. Itamar Franco e rua Espírito Santo, está localizado o centro de comércio e serviços municipal, que se desenvolve numa paisagem marcada por calçadas de uso prioritário de pedestres, e galerias que tornam múltiplas as formas de circulação no espaço urbano. Dentro todas as vias do centro urbano, a rua Marechal Deodoro se destaca por ser uma das primeiras que foram abertas, ajudando a conformar e consolidar o espaço urbano. Na sua existência, essa rua foi sempre palco de transformações que iriam acompanhar o progresso e desenvolvimento da cidade, que refletiria em sua paisagem edificada.

A rua é conhecida no imaginário popular como “a rua do comércio”, pois nela se concentrou essa atividade, fruto dos imigrantes que escolheram nessa via o local para propagação dos seus produtos e serviços, e a partir da chegada dos trilhos e sua proximidade com a estação ferroviária, tal comércio floresceu, com preponderância do grupo sírio-libanês (DORNELAS, 2008, p. 95), o que iria ter uma influência preponderante na arquitetura da via. Com o advento do fim do Império, o ecletismo entrou como uma justificação da Republica, afirmando um pensamento positivista que já era dominante no sec. XIX.



Figura 1 – Rua Marechal Deodoro em toda sua extensão, com a demarcação em sua parte alta (amarelo) e baixa (vermelho) e a delimitação do triângulo central do centro da cidade. Representação feita em cima da planta cadastral planialtimétrica da PJF. Mapa elaborado pelo autor.

Fonte: Autor (2017)

A adoção do estilo eclético foi um meio de expressar sua identificação com o progresso mundial, aliado ao desenvolvimento local nos setores econômico, urbano e social, além de abarcar a questão higienista. Começou a ocorrer uma disputa entre a execução dos edifícios mais imponentes entre proprietários e industriais, reforçando a superioridade sobre camadas sociais menos favorecidas. Muitos comerciantes, que detinham de lojas na rua Marechal Deodoro, buscaram com o passar do tempo a escolherem uma arquitetura que destacaria suas construções. Dessa forma, a via foi alvo durante várias décadas da busca por uma excelência construtiva e arquitetônica.

Ao se estudar a morfologia urbana, lidamos com a forma física da cidade, com planos, mapas, e projetos que foram consolidados ou não. Ao lidarmos com documentos como atas da câmara, jornais, relatórios fiscais, observa-se uma abertura de informações sobre as relações sociais, onde as disputas e tensões levaram a ações determinantes que influenciariam o urbano. É indispensável destacar que a atividade de pesquisa, mesmo que tendo um recorte e objetivo pré-estabelecido, acaba por não ser um processo linear quando se busca uma releitura da cidade, pois diversas direções e caminhos se abrem conforme o estudo vai sendo conduzido, o que pode impulsionar ou não o objeto final idealizada. Nesse caso, é necessário o cuidado do pesquisador para saber filtrar o material recolhido para que não ocorra uma sobreposição de diversos assuntos que abandonam o objetivo central.

Os objetivos aqui propostos se focam em atribuir na pesquisa documental a importância de entendimento da cidade como produto das relações sociais e legais, e mostrar no método da pesquisa que deu origem a dissertação, as importantes contribuições no entendimento da cidade e seu histórico. Metodologicamente serão apresentados os tipos de documentos relacionados as questões urbanas, assim como as informações que se articulam entre tais fontes e a forma de organização e sistematização dessas informações ao serem usadas na validação ou questionamento de questões historiográficas já consolidadas em Juiz de Fora

3 | UM ESTUDO APROFUNDADO NA HISTÓRIA DA CIDADE

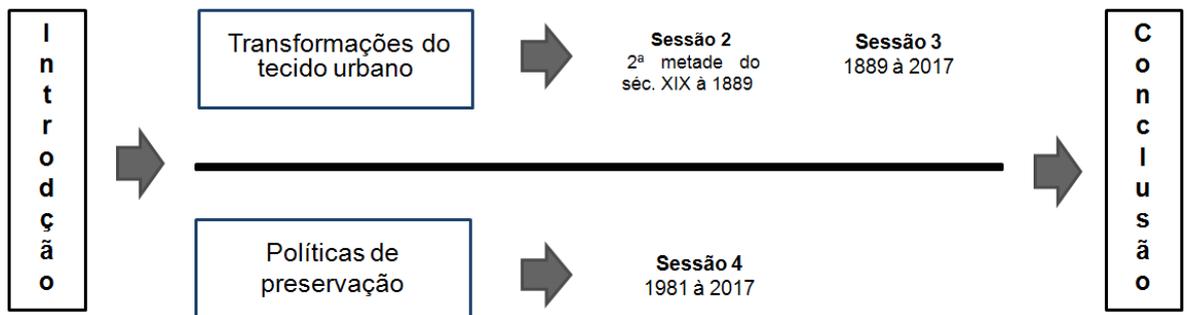
O espaço urbano pode ser definido como um produto referente a todo processo de interferência do trabalho humano em determinado ambiente. Assim, uma infinidade de valores advindos dos mais variados tipos de culturas, etnias, técnicas, trabalhadores, entre outros, convergem numa estrutura de que mescla seus espaços públicos e privados, como edifícios, praças, ruas e todo sistema de produção e consumo. Esses meios é que sustentam a cidade como um organismo vivo, mutável e transformável pelos indivíduos que nela vivem ou transitam. Identificar a formação e proteção da paisagem urbana edificada é algo que caracteriza um conflito na contemporaneidade, devido às várias formas de ação sobre determinados bens inseridos no contexto urbano.

Henri Lefebvre nos diz que o tecido urbano não se limita a morfologia, mas é o suporte de um modo de viver, a sociedade urbana, e é nesse tecido urbano acontecem os fenômenos da vida social e cultural (LEFEBVRE, 1991, p.19). Conforme Carlos (2007, p. 20-21), o espaço e a sociedade se mostram indissociáveis no processo de produção da espacialidade da cidade, pois as relações sociais acabam por materializar em um território real e concreto, ou seja, “a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática sócio-espacial”. Dessa forma, planejamento, desenho, integração e organização espacial são alguns dos componentes presentes na busca por soluções na realidade pluralista das cidades contemporâneas, que demandam uma integração de sistemas, agentes sociais e lugares conflituosos.

A dissertação buscou a identificação dos instrumentos normativos/legislativos que tiveram alguma influência na evolução urbana da rua Marechal Deodoro desde sua formação, em meados do séc. XIX, até o ano 2017. Esse recorte extenso permitiu cobrir diversas mudanças políticas e de pensamento da sociedade e de seus legisladores, que refletiriam em suas leis, normas, decretos e planos as transformações vividas no corpo social da cidade. Esses reflexos se mostrariam evidentes no ambiente construído, que sobrepondo camada após camada, carregava toda uma história da rua Marechal Deodoro, escrita de forma subjetiva em cada tijolos, paredes e telhados.

Diante da busca por um entendimento mais aprofundado em relação das próprias raízes da via, em sua história urbana, processos e transformações foram identificadas na bibliografia da cidade diversas lacunas em relação a rua Marechal Deodoro. Isso se deve a problemática de uma ação um pouco suprimida em relação a própria pesquisa da história da arquitetura e urbanismo da cidade, que acabaram se concentrando em pontos específicos e com uma certa repetição tanto de fontes, deixando de lado um rico material existente nos arquivos da cidade.

Buscou-se para o desenvolvimento da dissertação a utilização de uma metodologia de pesquisa que permeou entre uma pesquisa de caráter fortemente documental, além da utilização de bibliografia local como fonte secundária, auxiliando no norteamento do desenvolvimento da história da cidade. Essa bibliografia local foi sempre confrontada com as fontes primárias encontradas nos arquivos, o que possibilitou a revisão de diversas imprecisões e equívocos que eram continuamente repassados por pesquisadores que utilizavam dessas fontes secundárias sem a confirmação dos dados. A utilização de depoimentos de moradores e comerciantes da rua, pessoas que participaram dos processos de preservação auxiliaram, complementaram ou então confrontaram diversos dados colhidos, o que tornou a pesquisa mais rica informações e precisa.



Fluxograma 1 – Estrutura da dissertação feita de forma a separar os assuntos sobre temáticas e periodizações para facilitar a organização documental.

Fonte: Daniel Moratori (2017)

A dissertação tem 5 Sessões (a 1ª e 5ª Sessão são a introdução e conclusão, respectivamente), e para melhor organização, foi feita uma divisão em duas partes, o que facilitou tratar com os diversos tipos de materiais envolvidos na pesquisa (ver fluxograma 1). A primeira parte trata das transformações do tecido urbano e suas interferências na via. Nessa parte, ainda foi feita uma divisão entre períodos: o primeiro de meados do século XIX até 1889, ao fim do período imperial, que é discutido no Sessão 2; o segundo de 1890 até 2017, que é tratado no Sessão 3. A segunda parte da dissertação é dedicada ao tema relacionado com as políticas de preservação, e abarca o período de 1981 à 2017 – Sessão 4. Esse tipo de divisão facilitou a manipulação dos arquivos a fim de evitar certa desordem devido ao volume de dados consultados. Na primeira parte, compostas pela Sessão 2 e 3 onde é trabalhado as transformações do tecido urbano, foram utilizadas diversas documentações primárias.

4 | A FORMAÇÃO E CONFORMAÇÃO DA CIDADE E A ABERTURA RUA MARECHAL DEODORO VISTO ATRAVÉS DA DOCUMENTAÇÃO NO PERÍODO IMPERIAL

A Sessão 2 da dissertação, que se atém ao período do Império brasileiro, necessitou de diversos documentos que datam a formação da cidade, já que a rua Marechal Deodoro surgiu em meados do século XIX. No Arquivo Histórico de Juiz de Fora se encontram diversas fontes primárias que perpassaram o período Imperial chegando até a República, onde datam desde a fundação da cidade, em meados do século XIX, contemplando até aproximadamente a década de 1950. Com um rico acervo documental sobre a cidade de Juiz de Fora através da documentação da administração pública municipal, o Arquivo Histórico se mostra uma fonte de pesquisa que detêm o poder de fornecer informações valiosas aos pesquisadores locais.

Para análise da evolução urbana da rua Marechal Deodoro no período Imperial, foi necessário utilizar os Códigos de Posturas, que são mecanismos legais implantados no Brasil a partir de 1824, que se constituem como um instrumento de regulamentação, normatização, vigilância e disciplina, que buscava prevenir os efeitos considerados

prejudiciais que incidiriam sobre o espaço urbano. Com um levantamento utilizando o inventário do Arquivo Histórico, buscou-se a identificação de todos Códigos de Posturas existentes até 1889, além de todos decretos e complementos ao mesmo. Como resultado, foram encontrados na pesquisa dois Códigos de Posturas impressos (1853 e 1857), além de dois manuscritos (o primeiro sem data e incompleto, e o segundo manuscrito, datando de 1863). Há ainda 72 emendas e 41 propostas de Artigos Adicionais preservados. Esses códigos iriam ser responsáveis por toda mudança morfológica na estrutura urbana da cidade, que já nasceu com esse instrumento legal para regular sua ordenação. A própria abertura da rua Marechal Deodoro seguiu parâmetros estabelecidos no Código de Posturas.

Devido a incongruências das fontes bibliográficas a respeito da história da cidade, houve a necessidade de um aprofundamento maior na documentação primária que fornece dados que suprem certas lacunas e imprecisões. Dessa forma, foram também analisadas as Atas das Sessões da Câmara, que permitiram identificar as ações dos vereadores e presidente da Câmara em respostas aos problemas urbanos; os Relatórios dos Agentes Fiscais, que fiscalizavam, multavam e apontavam os problemas existentes. Esses relatórios foram de grande valia, já que mostravam de forma pormenorizada diversos detalhes referentes às ruas da cidade, como as construções existentes, sua arquitetura, as irregularidades, os terrenos vazios, e demais detalhes da morfologia urbana, além das questões higienista e sanitárias que eram evidentes.

Como o objeto de estudo é uma rua se fez necessária a utilização de documentos referentes ao traçado e ao arruamento, sendo feito um levantamento da cartografia local, buscando diversas plantas e mapas que puderam mostrar a evolução urbana da via, até chegar a configuração atual. Com esses documentos do Arquivo Histórico, aliado a outros documentos secundários, foi possível precisar a abertura das vias da cidade, para datar com precisão esse evento. Essa leitura da cartografia, de fotografias, relatórios de fiscais e jornais proporcionou diversas releituras de acontecimentos, como a chegada da ferrovia e sua influência sobre a rua Marechal Deodoro, com todo adensamento na parte inferior da via, próximo a estação ferroviária, de onde foi tirado o recorte para estudo somente do trecho denominado “parte baixa” da rua Marechal Deodoro.

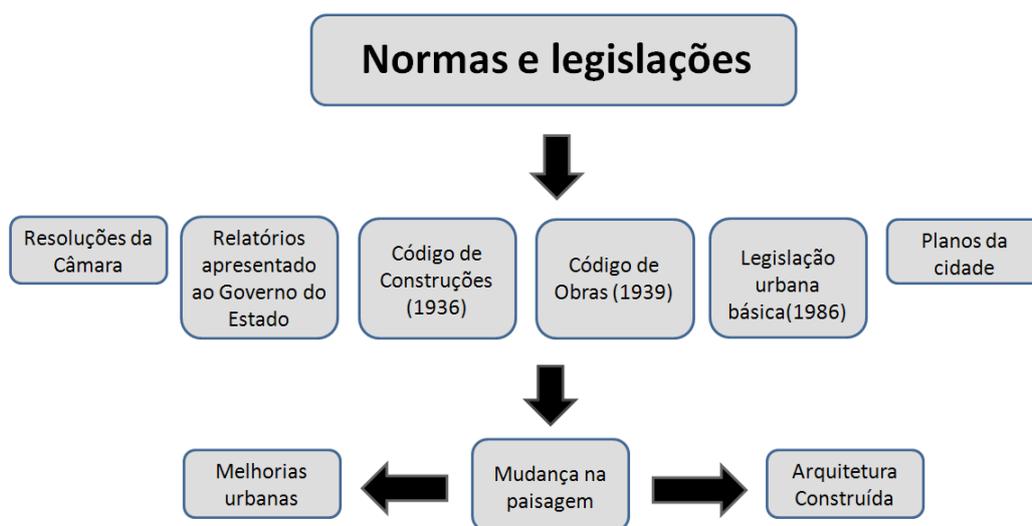
O Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes forneceu documentos e bibliografia referente à história da cidade, como um rico acervo de jornais locais. O acervo dos jornais circulavam na cidade foram levantados, usando a plataforma digital na Biblioteca Nacional, a Hemeroteca, o que serviu para identificar assuntos relacionados a questão urbana da rua Marechal Deodoro. A partir da confrontação de dados das Atas da Câmara Municipal e de jornais do período Imperial, foi permitido solucionar uma questão referente à mudança de nome da rua, que foi alterada seis vezes no entre a década de 1850 e 1890.

Como é demonstrado por José Murilo de Carvalho em seu livro “A Formação das Almas”, em nenhum outro momento a produção histórica esteve tão presente no

Brasil como no último quartel do séc. XIX, na transição de Monarquia para a República (CARVALHO, 1990, p.10-11). Entre 1888 e 1890, o nome se alterou por quatro vezes, devido a essa disputa entre monarquistas e republicanos na cidade, o que trouxe certa confusão nos meios oficiais pelas diversas trocas de nomes da via em um período tão breve. Perpassando essa tensão provocada pelas mudanças, pode-se identificar a utilização da rua Marechal Deodoro como um ponto de embate entre essas duas correntes de pensamento.

5 | TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA REPÚBLICA

A partir da implantação da República, foi feito um levantamento sobre todas as normas e legislações relacionadas a questão da produção arquitetônica e do planejamento urbano. Inicialmente, foi utilizado Arquivo Histórico Municipal e o Setor de Memória para identificar as resoluções, leis, decretos de 1889 a 1945. Sobre essa documentação pós 1945, a Prefeitura de Juiz de Fora criou um site chamado JF Legis com uma ferramenta que auxilia a busca através da data ou palavras chaves. Essa ferramenta se mostra fundamental na busca por tais documentações.



Fluxograma 2 – Estrutura para busca de arquivos após a implantação da República. No esquema, documentações referentes as transformações urbanísticas, excluso a parte patrimonial.

Fonte: Daniel Moratori (2017)

Utilizando também o Arquivo Histórico e o Setor de Memória, buscou-se desde os primeiros Códigos de Posturas, perpassando pelos Relatórios apresentados ao Governo do Estado (1933 e 1934), Código das Construções (1936), Código de Obras (1938), Legislação urbana Básica (1986), Planos diretores (1996 e 2004). Esses documentos permitiram identificar a lógica legislativa/normativa para as construções na Rua Marechal Deodoro, colocando limites e normas nas edificações.

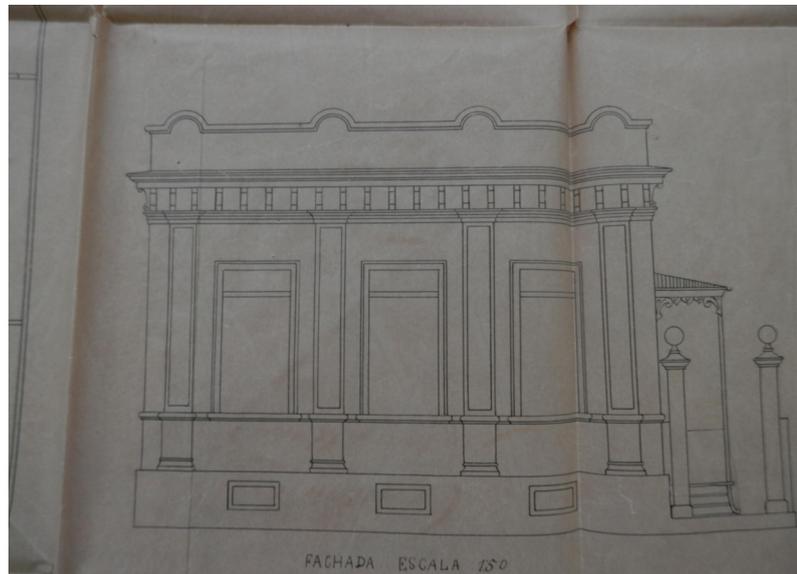


Figura 2 – Projeto de edificação para ser aprovada a construção na Rua Marechal Deodoro. Ano de 1909.

Fonte: Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Foto: Autor (2016)

No Arquivo Histórico ainda foi feito um levantamento de todos os requerimentos de construção de edificações até 1945 na Rua Marechal Deodoro. Também foi utilizado o acervo da Divisão de Comunicação da Prefeitura de Juiz de Fora, órgão responsável pelo armazenamento dos projetos arquitetônicos e da documentação que acompanha o mesmo. Esses requerimentos eram compostos da solicitação do requerente, planta baixa, fachadas e demais detalhes das edificações. Esse material possibilitou a construção de um perfil das edificações na rua conforme ocorriam as mudanças nas legislações, sendo auxiliado por outras fontes, como a iconografia. A identificação da tipologia, técnica e linguagem construtiva de diversas edificações se mostrou mais clara com a análise dessa documentação, o que propiciou também uma sobreposição sobre as edificações atuais, identificando diversas mudanças (ver fig. 2).

Para uma conceituação abrangente sobre o planejamento urbano no Brasil, foram utilizados os trabalhos de Flávio Villaça (1999) e Maria Cristina da Silva Leme (1999), que investigam as transformações no Brasil a partir de meados de século XIX, a partir da produção do pensamento urbanístico, do planejamento urbano e planos urbanos que viriam a ser idealizados ou realizados. Como forma de contextualizar a cidade de Juiz de Fora e conseqüentemente a Rua Marechal Deodoro perante as transformações, esses trabalhos de Villaça (1999) e Leme (2004) impulsionaram a procura e análise de diversos planos e projetos urbanísticos e sanitários que influenciaram direta ou indiretamente a rua. Dentre eles, se destacam Plano de Saneamento e Expansão da cidade de Juiz de Fora”, comandado pelo engenheiro Gregório Howyan, que durou entre 1892 a 1894; os projeto dos eng. Lourenço Baêta Neves e Francisco Saturnino Rodrigues de Brito referente a solução de inundações da cidade; o Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Juiz de Fora/MG, do engenheiro Saboya

Ribeiro.

Cabe informar que a carência de fotografia das ruas foi suprida com uma grande pesquisa em diversos arquivos online. Inicialmente essa busca se fez em sites como a Biblioteca Nacional, Arquivo Público Mineiro, Fundação Casa Rui Barbosa, além de dois blogs da cidade detentores de um grande acervo digital: o blog Maria do Resguardo e Maurício Resgatando o Passado. Como esses sites não conseguiram fornecer material iconográfico sobre a rua, a pesquisa novamente se ateve a dois locais: o Museu Mariano Procópio, com seu importantíssimo acervo, onde foram encontradas fotografias do início do século; e novamente o Arquivo Municipal, onde a coleção de jornais do conseguiu suprir esse déficit de forma louvável.

Através do levantamento e análise de todas essas fontes, tem-se a compreensão de ordem política/administrativa que ocorria na cidade do Juiz de Fora, e quais suas pretensões em relação a mesma, através de seus instrumentos normativos, verificando a representação das regras que tratam sobre o espaço construído e as atividades urbanas nele desenvolvidas.

6 | UM OLHAR SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Em Juiz de Fora, Planejamento Urbano e Patrimônio Cultural não pertencem a mesma esfera nos órgãos municipais. Os assuntos relacionados ao patrimônio se encontram na área de cultura, mais precisamente na Fundação Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA). Dessa forma, a pesquisa teve que percorrer outros órgãos da municipalidade. A partir da década de 1970, quando entra em debate a questão preservacionista na cidade, foi feito um levantamento da documentação no órgão da Prefeitura que é responsável pelo Patrimônio Cultural, a Divisão de Patrimônio Cultural (DIPAC), vinculada a FUNALFA. Foram identificados todos os processos que levaram ao tombamento de diversas edificações na rua, e a partir disso, foram colhidos o Pré-Inventário de 1981, os Inventários de 1996 e 2002-2005, e o acesso a todos os processos de tombamento dos edifícios que estão no perímetro da parte baixa da Rua Marechal Deodoro, facilitando ver os pormenores de cada imóvel, desde sua notificação ao tombamento. Foram identificados os órgãos, as leis antigas e vigentes, as diretrizes, normas, decretos, lei complementares, o Plano Diretor, e outros que estão relacionadas com a questão de salvaguarda da memória cultural da cidade. Nessa busca, além de consulta aos órgãos, também foi utilizado o portal JF Legis, que auxiliou na busca por alguma outra diretriz referente ao Patrimônio Cultural que não era mencionada nas outras fontes.

Fontes complementares, como os testemunhos orais auxiliaram na reconstrução do histórico da rua e foram importantes para a questão direcionada aos movimentos que lutaram em prol da preservação de edificações na cidade, que influenciariam as políticas preservacionistas. Essas mesmas fontes orais, forneceram fotografias inéditas

do início e dos meados do século XX, mais uma vez abrindo novas perspectivas da história da cidade. Essas questões foram intercaladas com a bibliografia local, além de trabalhos referentes a políticas de preservação e proteção do patrimônio cultural material. Dessa forma, a pesquisa pretendeu responder algumas indagações sobre a preservação, se ela foi justa em relação às características que perduraram da rua e o que ela não abarcou.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando apenas uma rua como objeto de estudo, foi possível desbravar um conteúdo farto, rico em detalhes que nos permite traçar novos olhares a partir desses materiais que ficam parados nos arquivos, muitas vezes se deteriorando com o passar do tempo, devido ao armazenamento muitas vezes precário. Esse tipo de pesquisa fornece dados suficientes para novos estudos, com a expansão do conhecimento a respeito da história da cidade, do planejamento urbano e da arquitetura.

As fontes documentais e históricas não devem ser sintetizadas a uma mera ilustração de conteúdos, já que as mesmas detêm de um poder de reinterpretar toda a história da arquitetura e do urbanismo. A exemplo da dissertação no qual esse artigo tenta demonstrar o processo do estudo documental, as fontes primárias se mostraram de extrema valia para entender os processos da rua Marechal Deodoro e abrem novos caminhos de estudos, muitas vezes com ineditismo.

Conclui-se com essa pesquisa que muitos aspectos validados por pesquisas das últimas décadas podem ser questionados ao abrimos debates nos pautando em documentos de fontes primárias. Estas documentações são ainda pouco exploradas dentro do entendimento da cidade e do urbanismo, em comparação com a riqueza de detalhes e informações capazes de transmitir, validando assim além da importância desses documentos e a necessidade destes serem incorporados de forma mais plena nos estudos da história da cidade, do planejamento urbano e do Patrimônio Cultural. O desbravamento das diversas fontes primárias se mostra necessário para uma leitura completa do espaço urbano, o que acaba por evitar que diversos erros já cometidos no passado não se repitam no processo de evolução da cidade.

Ressalta-se também a necessidade da valorização dos órgãos responsáveis por gerir tais dados, que sofrem desmontes de investimentos e se tornam partes sucateadas da gestão pública. Nota-se uma cultura perversa de desvalorização documental, que não incentiva a pesquisa em tal campo, o que acaba por favorecer o sucateamento dos acervos históricos. Tais acervos precisam sempre de cuidados de conservação e restauro, além de um processo de incentivo e divulgação por partes dos órgãos municipais, estaduais e federais, além do apoio do meio acadêmico, para proporcionarem ferramentas mais efetivas que proponham um impulso qualitativo e quantitativo nas pesquisas.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH - Departamento de Geografia da USP, 2007. 123 p.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 168 p.

DORNELAS, Juliana Gomes. **Na América, a esperança: Os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, MG (1890-1940)**. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2008. 163 p.

LEFEBVRE, Henry. *Direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991, 143 p.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil - 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAU-USP/FUPAM, 1999. 599 p.

MORATORI, Daniel de Almeida. *As diretrizes legais na evolução urbana da Rua Marechal Teodoro (parte baixa): dos códigos de posturas às leis de proteção patrimonial*. Dissertação (Mestrado acadêmico) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia, 2017, 245 p.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, 302 p.

VILLAÇA, Flávio. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004. p. 169 – 243.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-050-6

